

Demonstrações Contábeis

Banco Guanabara S.A.

30 de junho de 2026
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária adaptada às normas do Banco Central do Brasil, para o semestre findo em 30 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2026.

A Diretoria

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Guanabara S.A. ("Banco"), submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com o relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, referente ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026.

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por um ambiente macroeconômico global de elevada incerteza, influenciado pelo aumento das tensões geopolíticas, pelas mudanças na política comercial das principais economias e pela volatilidade dos preços do petróleo, da energia e demais commodities. As pressões inflacionárias permaneceram relevantes, e os principais bancos centrais mantiveram uma postura cautelosa na condução da política monetária. Nos Estados Unidos, a inflação permaneceu acima da meta de longo prazo do Federal Reserve, limitando o espaço de flexibilização da taxa de juros.

No Brasil, o cenário inflacionário mostrou-se mais desafiador. Após um período de desaceleração, a inflação voltou a avançar ao longo do semestre, influenciada principalmente pelos preços de alimentos e combustíveis. Desta forma, ao final de junho a economia brasileira apresentou mercado de trabalho resiliente e juros ainda restritivos. Isto, aliado às incertezas do cenário internacional, exigiu ainda mais cautela na gestão de liquidez, de crédito e de riscos.

No primeiro semestre, o Banco Guanabara manteve sua estratégia de originação de carteira de crédito diversificada, com incremento de garantias e aprimoramento da prestação de serviços, objetivando a diversificação da matriz de resultados. Os investimentos tecnológicos foram mantidos, buscando não só a segurança, mas também a eficiência operacional.

Registramos neste semestre um lucro aproximado de R\$34,6 milhões, Ativo Total de R\$2,2 bilhões e Patrimônio Líquido de R\$317,6 milhões, mantendo a estratégia de crescimento com responsabilidade, consistência e solidez em relação às diretrizes anteriormente traçadas.

Para o segundo semestre, o ambiente macroeconômico, caracterizado por taxas de juros ainda elevadas, inflação acima da meta e incertezas domésticas e internacionais, manterá os desafios atrelados à gestão da qualidade da carteira de crédito. As eleições presidenciais poderão aumentar a volatilidade no mercado financeiro e o humor dos investidores. Seguimos com uma perspectiva positiva e prudente, pautada na disciplina, na solidez financeira e na busca por oportunidades, reafirmando nosso compromisso com a perenidade de nossos negócios e com o crescimento sustentável.

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2026.

A Diretoria

Banco Guanabara S.A.

Demonstrações contábeis

30 de junho de 2026

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanço patrimonial4

Demonstração do resultado6

Demonstração do resultado abrangente7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....8

Demonstração dos fluxos de caixa9

Notas explicativas às demonstrações contábeis10



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores e Acionistas do
Banco Guanabara S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Guanabara S.A. (Banco) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações contábeis

Chamamos atenção à nota explicativa 2 às demonstrações contábeis que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de erro quanto a classificação entre circulante e não circulante do saldo de operações de crédito e respectiva provisão para perda esperada sobre risco de crédito descrito na referida nota explicativa. Em 31 de agosto de 2026 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis do Banco, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis foram ajustadas.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e para o semestre findo em 30 de junho de 2025 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatórios datados em 30 de março de 2026 e 15 de setembro de 2025, respectivamente, ambos sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC- SP-015199/F

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Rodrigo de Paula', written over a light grey circular stamp.

Rodrigo de Paula
Contador CRC-SP224036/O

Banco Guanabara S.A.

Balanço patrimonial

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

		30/06/2026 (Reapresentado Nota 2)	31/12/2025
Ativo	Nota		
Circulante		1.752.625	1.604.955
Caixa e equivalentes de caixa	4	515.047	570.576
Disponibilidades		2.070	33.319
Aplicações interfinanceiras de liquidez		512.977	537.257
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos		572.812	554.626
Carteira própria	5	571.507	554.351
Vinculados		265	252
Carteira de cambio/Swap		1.040	23
Relações interfinanceiras		5.642	1.991
Correspondentes		5.642	1.991
Operações de créditos	6	646.276	472.623
Setor privado		722.726	510.555
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(76.450)	(37.932)
Outros créditos		11.948	2.403
Rendas a receber		210	-
Adiantamento ao FGC		10.619	-
Diversos		1.119	2.403
Outros valores e bens		900	2.736
Despesas antecipadas		104	31
Outros valores e bens		796	2.705
Não Circulante		485.420	714.169
Realizável a Longo Prazo		467.605	695.558
Relações interfinanceiras		2.024	2.044
Créditos vinculados		2.024	2.044
Operações de crédito	6	431.434	658.860
Setor privado		455.879	698.660
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(24.445)	(39.800)
Outros créditos		1.787	-
Diversos		1.787	-
Outros valores e bens		32.360	34.654
Outros valores e bens		32.360	34.654
Permanente		17.815	18.611
Investimentos		10.055	10.060
Participação em controladas	7	10.045	10.050
Outros investimentos		10	10
Imobilizado de Uso	8	3.860	4.230
Imobilizado		11.820	11.600
Depreciações acumuladas		(7.960)	(7.370)
Intangível	9	819	1.042
Ativos intangíveis		2.687	2.606
Amortizações acumuladas		(1.868)	(1.564)
Arrendamento		3.081	3.279
Direito de Uso		3.081	3.279
Total do Ativo		2.238.045	2.319.124

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante		781.130	888.207
Depósitos	10.a	725.074	819.679
Depósitos à vista		63.991	98.175
Depósito interfinanceiro		4.862	8.272
Depósitos a prazo		656.221	713.232
Recursos de aceite de emissão títulos	10.b	25.508	22.925
Recursos de letras - LCI / LCA		25.508	22.925
Obrigações por empréstimos		23.222	30.406
Empréstimos no país - outras instituições		23.222	30.406
Outras obrigações		10.069	15.197
Arrecadação de tributos e assemelhados		887	474
Fiscais e previdenciárias		2.342	8.022
Carteira de cambio/Swap		1.040	-
Passivo direito de uso		427	680
Diversas		5.373	6.021
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo		1.139.317	1.147.942
Depósitos	10.a	1.108.440	1.116.744
Depósitos a prazo		1.108.440	1.116.744
Recursos de aceites e emissão de títulos	10.b	6.690	8.474
Recursos de letras - LCI / LCA		6.690	8.474
Outras obrigações		24.187	22.724
Passivo direito de uso		2.743	2.599
Negociação e Intermediação		1.319	
Juros Sobre Capital Próprio		20.125	20.125
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		317.598	282.975
Capital social	12.a	257.122	257.122
Reservas de lucros	12.b	60.471	25.848
Participação de acionistas não controladores		5	5
Total do passivo e patrimônio líquido		2.238.045	2.319.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Guanabara S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		211.508	199.528
Rendas de operações de crédito		126.260	120.954
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		85.248	78.574
Despesas da intermediação financeira		(131.472)	(135.901)
Despesas de captação no mercado		(130.009)	(135.762)
Operações de empréstimos e repasses		(1.463)	(139)
Resultado bruto da intermediação financeira		80.036	63.627
Provisão de perdas associadas ao risco de crédito	6.e	(19.688)	(20.949)
Resultado de provisões para perdas		(19.688)	(20.949)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(23.450)	(19.089)
Receitas de prestação de serviços	14	4.900	3.816
Despesas de pessoal	16	(8.530)	(7.443)
Despesas administrativas	15	(15.421)	(11.304)
Despesas tributárias	17	(4.560)	(3.843)
Resultado de participações em controladas - no País		(5)	(488)
Outras receitas/(despesas) operacionais		166	174
Resultado operacional		36.898	23.590
Resultado não recorrente		(1.210)	51
Resultando antes da tributação sobre o lucro		35.688	23.641
Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido	13	-	-
Provisão para imposto de renda	13	-	-
Participações nos lucros		(1.065)	(915)
Lucro líquido do semestre		34.623	22.726
Número de ações		120.000.000	120.000.000
Lucro líquido por ação - em R\$		0,29	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Guanabara S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do semestre		34.623	22.726
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do semestre		34.623	22.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Guanabara S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva capital	Reservas de Lucros		Resultados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
			Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	120.000	550	3.925	137.122	-	261.597	5	261.602
Ajuste implementação IN n° 4966/21	-	-	-	(6.426)	-	(6.426)	-	(6.426)
Aumento de capital (conf. AGO/AGE de 24/04/25)	30.000	-	-	(30.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	22.726	22.726	-	22.726
Destinações:								
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.136	-	(1.136)	-	-	-
Reserva de lucro	-	-	-	21.590	(21.590)	-	-	-
Variação na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Saldos em 30 de junho de 2025	150.000	550	5.061	122.286	-	277.897	-	277.897
Saldos em 31 de dezembro de 2025	257.122	-	6.527	19.326	-	282.975	(5)	282.970
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	34.623	34.623	-	34.623
Destinações:								
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.731	-	(1.731)	-	-	-
Reserva de lucro	-	-	-	32.892	(32.892)	-	-	-
Variação na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026	257.122	-	8.258	52.218	-	317.598	(5)	317.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Guanabara S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	34.623	22.726
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciações e amortizações	1.137	715
Provisão para perda esperada de risco de crédito	19.688	20.949
Ajuste de equivalência patrimonial	5	488
Lucro líquido do semestre/exercício ajustado	55.453	44.878
Variação em ativos operacionais		
Relações interfinanceiras	(3.631)	(7.861)
Títulos e valores mobiliários	(18.186)	(45.021)
Operações de crédito, líquido de baixas/recuperações	34.085	75.509
Outros créditos	(11.332)	(2.632)
Outros valores e bens	4.130	386
Variação em passivos operacionais		
Depósitos	(102.909)	(127.092)
Recursos de Aceites, Letras Imobiliária - LCI	799	(3.636)
Outras obrigações	850	(22.520)
Obrigações por empréstimos e repasses	(9.927)	(4.569)
Impostos pagos	(4.560)	(3.847)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(55.228)	(96.405)
Fluxo de Caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(220)	(368)
Aplicação do ativo intangível	(81)	(8)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(301)	(376)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(55.529)	(96.781)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	570.576	800.016
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	515.047	703.235
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(55.529)	(96.781)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Guanabara S.A. ("Banco") é uma sociedade de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida das Américas, nº 3434, bloco 6, 5º andar, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-102. Atua como Banco Múltiplo, com carteiras Comercial, Crédito, Financiamento e Investimentos, Investimentos e Arrendamento Mercantil, além de operações de Câmbio e de crédito rural. Com mais de 34 anos de atuação no mercado, o Banco surgiu como uma extensão natural das operações comerciais das empresas do grupo, consolidando-se como um braço financeiro dos negócios e uma instituição tradicional no setor.

Em linha com seu perfil conservador, o Banco tem crescido com credibilidade e confiança, mantendo o foco em operações de crédito e expandindo suas atividades de forma sustentável para novos segmentos da indústria, comércio e serviços. Essa expansão ocorre tanto por meio de operações de crédito quanto pela prestação de serviços e estruturação de operações no mercado de capitais.

No semestre de 2026, a diversificação das fontes de receita mostrou-se eficaz, contribuindo para o aumento das margens operacionais e, conseqüentemente, para a melhoria dos indicadores econômicos. Para o 2º semestre de 2026 e exercício de 2027, a estratégia será mantida, com foco na consolidação e no aprimoramento das iniciativas iniciadas no ano anterior.

O Banco Guanabara S.A. possui participações nas seguintes sociedades limitadas:

- BGI Administração de Recursos de Terceiros Ltda. (desde janeiro de 2012), localizada na Avenida Brasil, nº 8255 - Ramos, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21030-000. Seu objeto social é a prestação de serviços de administração de carteiras mobiliárias.
- BG Pégaso Empreendimento Imobiliário Ltda. (desde dezembro de 2024), localizada na Avenida das Américas, nº 3434, bloco 6, sala 508 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ. O Banco é o único sócio da empresa, cujo objeto social inclui incorporação imobiliária, compra e venda de imóveis próprios, construção sob responsabilidade técnica de terceiros e construção por administração, com foco específico no prédio nº 28.466, localizado na Estrada dos Bandeirantes, Rio de Janeiro (RJ).

O Banco está enquadrado no Segmento 4 (S4), conforme a segmentação estabelecida pelo Banco Central do Brasil, estando sujeito às exigências prudenciais e regulatórias aplicáveis às instituições integrantes desse segmento.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, os pronunciamentos contábeis do CPC e as normas específicas emitidas pelo Banco Central do Brasil são aplicáveis às instituições financeiras somente após aprovação pelo CMN/BCB, conforme abaixo:

- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Estrutura Conceitual Básica - CPC 00
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - CPC 01 (R1)
- Resolução CMN nº 4.524/2016 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações - CPC 02 (R2)
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - CPC 03 (R2)
- Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível - CPC 04 (R1)
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - CPC 05 (R1)
- Resolução CMN nº 4.975/2021 - Arrendamentos - CPC 06 (R2)
- Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações - CPC 10 (R1)
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro - CPC 23
- Resolução CMN nº 4.818/2020 - Eventos Subsequentes - CPC 24
- Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - CPC 25
- Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado - CPC 27
- Resolução BCB nº 02/2020 - Resultado por Ação - CPC 41
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo - CPC 46
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - Receita de Contrato com Cliente - CPC 47
- Resolução CMN nº 4.966/2021 - Instrumentos Financeiros (ativos e passivos), incluindo critérios de reconhecimento, mensuração e contabilidade de hedge (IFRS 9).

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

- Resolução BCB nº 352/2023 - Normas complementares sobre instrumentos financeiros e relações de proteção (*hedge accounting*).

Impactos da reforma tributária aplicáveis em períodos futuros

i.1) *Emenda Constitucional nº 132/2023 - Impactos da reforma tributária*

Contexto geral e cronograma de transição

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, prevendo a substituição gradativa do PIS, da Cofins, do ICMS e do ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A regulamentação infraconstitucional foi consolidada pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que instituiu a CBS, o IBS e o Imposto Seletivo, e criou o Comitê Gestor do IBS, cabendo à Instituição acompanhar ativamente a edição de normas complementares e regulamentares ainda pendentes, inclusive a definição das alíquotas de referência nacionais pelo Senado Federal.

Do conjunto de tributos apurados pela Instituição (IRPJ, CSLL, PIS, Cofins, ISS próprio e retido de terceiros, IRRF pessoa jurídica e pessoa física, e IOF), são diretamente alcançados pela Reforma Tributária o PIS, a Cofins e o ISS, próprio e retido de terceiros na condição de responsável tributário, tributos que serão gradualmente extintos e substituídos pela CBS e pelo IBS, observado o Regime Específico de Serviços Financeiros. O IRPJ, a CSLL, o IRRF e o IOF incidem sobre bases distintas, de renda, resultado e operações financeiras, e não integram o escopo da EC nº 132/2023 nem da Lei Complementar nº 214/2025, permanecendo regidos pela legislação vigente, sem alteração decorrente desta reforma.

O cronograma de transição em vigor prevê: em 2026, período de testes com cobrança simbólica de 0,9% de CBS e 0,1% de IBS, integralmente compensável com PIS/Cofins devidos, sem impacto relevante de caixa; em 2027, início da cobrança efetiva da CBS e do Imposto Seletivo, com a extinção do PIS e da Cofins e a redução a zero das alíquotas do IPI, exceto para produtos da Zona Franca de Manaus; entre 2029 e 2032, redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISS, com majoração proporcional das alíquotas de IBS; e, a partir de 2033, vigência plena do novo modelo de IVA dual.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

Impactos da reforma tributária aplicáveis em períodos futuros--Continuação

i.1) Emenda Constitucional nº 132/2023 - Impactos da reforma tributária--Continuação

Enquadramento no Regime Específico de Serviços Financeiros

Dadas as particularidades de suas operações, a Instituição enquadra-se no Regime Específico de Tributação aplicável aos serviços financeiros, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025. Sob este regime, a CBS e o IBS incidem sobre uma base de cálculo diferenciada, estruturada a partir do spread líquido de perdas, apurado pela dedução, da receita de juros, do custo de captação e das perdas esperadas e incorridas associadas ao risco de crédito, e acrescida das receitas de tarifas, comissões e prestação de serviços. A Administração avalia de forma contínua as alíquotas efetivas globais decorrentes desse modelo, de modo a mensurar a neutralidade da carga tributária sobre seus produtos e serviços. Ressalta-se que aspectos relevantes da regulamentação do regime específico permanecem pendentes de definição final pelos órgãos competentes, notadamente quanto aos critérios de segregação entre remuneração de intermediação financeira e remuneração de capital próprio, o que pode implicar ajustes nas estimativas ora apresentadas.

Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Na data-base destas demonstrações contábeis, o Banco não possui ativos ou passivos fiscais diferidos reconhecidos. Dessa forma, a Administração não identificou impacto contábil relevante da Reforma Tributária sobre esses saldos. Essa conclusão será reavaliada periodicamente, considerando a evolução da regulamentação e eventuais alterações nas projeções, bases tributárias e diferenças temporárias do Banco.

Adaptação Tecnológica e Riscos Operacionais (Split Payment)

A Instituição constituiu comitê multidisciplinar para gerenciar a transição de seus sistemas de tecnologia e controles internos à Reforma Tributária. Em razão de sua atuação como instituição financeira, a Companhia figura entre os agentes que poderão ser chamados a operacionalizar o mecanismo de split payment, não apenas quanto às próprias obrigações tributárias, mas também na eventual condição de participante de arranjos de pagamento responsável pela retenção e recolhimento automático dos tributos incidentes sobre transações liquidadas por seu intermédio.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

Impactos da reforma tributária aplicáveis em períodos futuros--Continuação

i.1) Emenda Constitucional nº 132/2023 - Impactos da reforma tributária--Continuação

Adaptação Tecnológica e Riscos Operacionais (Split Payment)--Continuação

Conforme divulgado pelo Comitê Gestor do IBS, o split payment não entrará em vigor simultaneamente ao início da cobrança efetiva da CBS e do IBS em janeiro de 2027, tendo sua implementação sido postergada para data ainda não definida, a pedido do próprio setor financeiro, em razão da complexidade técnica de integração entre empresas, instituições financeiras, a Receita Federal e o Comitê Gestor do IBS. Nesse período de transição, poderão ser adotados mecanismos alternativos de recolhimento, como o Recolhimento pelo Adquirente (RAD), e, quando implementado, o split payment terá caráter inicialmente facultativo e restrito a operações entre pessoas jurídicas (B2B).

A Administração do Banco aprovou as demonstrações contábeis originalmente emitidas em 31 de agosto de 2026 e aprovou a reapresentação em 08 de setembro de 2026, as quais estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância tanto com as normas e resoluções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil quanto pelo Conselho Monetário Nacional. Tais demonstrações incluem as melhores estimativas e premissas quanto as provisões para perdas e contingências, apesar das incertezas inerentes aos prazos de realização e valores. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco Guanabara S.A.

Reapresentação das demonstrações financeiras

A Administração do Banco identificou, após a emissão das demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, erro na classificação entre ativo circulante e não circulante referente a operações de crédito e respectiva nota explicativa nº 6. Ainda na nota 6, no texto "Referem-se, principalmente, a empréstimos a empresas do setor privado, com prazo médio de vencimento de 358 dias", anteriormente apresentado 330 dias. Além disso, foi realizada a exclusão do texto que estava em duplicidade na nota explicativa nº 3, Depósitos.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 está sendo reapresentado para refletir a correção da classificação entre o ativo circulante e o ativo não circulante, relacionados às operações de crédito e à respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Esses ajustes não alteraram o total do ativo, o patrimônio líquido, o resultado do semestre ou os fluxos de caixa anteriormente divulgados.

	30/06/2026 (Anteriormente apresentado)	Reclassificação	30/06/2026 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	1.245.490	507.135	1.752.625
Operações de créditos	139.141	507.135	646.276
Setor privado	177.770	544.956	722.726
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(38.629)	(37.821)	(76.450)
Demais contas do ativo circulante	1.106.349	-	1.106.349
Não Circulante	992.555	(507.135)	485.420
Realizável a longo prazo	974.740	(507.135)	467.605
Operações de crédito	938.569	(507.135)	431.434
Setor privado	1.000.835	(544.956)	455.879
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(62.266)	37.821	(21.815)
Demais contas do ativo não circulante	53.986	-	53.986
Total do Ativo	2.238.045	-	2.238.045

3. Principais práticas contábeis

Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, reservas livres e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e prazo de vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, conforme Nota 4.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos, líquidos das rendas a apropriar, reconhecidas no resultado *pro rata temporis*, conforme Nota 4.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis. A classificação e a mensuração subsequente são determinadas de acordo com o modelo de negócios da Instituição e com as características dos fluxos de caixa contratuais, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e os procedimentos do COSIF/Resolução BCB nº 352/2023 e demais alterações, conforme Nota 5.

A Instituição classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

Ativos financeiros ao custo amortizado

Incluem títulos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, cujo modelo de negócios prevê a manutenção para recebimento dos fluxos contratuais, desde que estes representem exclusivamente pagamentos de principal e juros (teste SPPI). São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, líquidos das perdas esperadas de crédito.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Incluem títulos adquiridos com o objetivo de negociação ativa e frequente, bem como aqueles designados pela Administração no momento do reconhecimento inicial. São mensurados ao valor justo, com ganhos e perdas, realizados ou não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

Outros Créditos, representados substancialmente pelos adiantamentos ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC)

O saldo de adiantamento ao FGC refere-se à antecipação de 60 meses de contribuições ordinárias ao Fundo Garantidor de Créditos, apurada com base na base elegível de depósitos de janeiro de 2026, no âmbito do mecanismo de recomposição do Fundo instituído pela Resolução BCB nº 551, de 3 de março de 2026, em razão da liquidação extrajudicial de instituição associada ocorrida no período.

O valor é reconhecido inicialmente pelo montante efetivamente desembolsado pela Instituição à vista, conforme opção exercida junto ao FGC, atualizado pela taxa Selic até sua utilização. Mensalmente, o FGC apura a contribuição ordinária efetivamente devida pela Instituição, com base nos depósitos elegíveis do mês, e a compensa com a parcela mensal correspondente da antecipação (1/60 do valor antecipado, atualizada pela Selic), dando-se baixa do saldo de adiantamento em contrapartida à despesa de contribuição ao FGC; caso a contribuição devida no mês supere o valor da parcela antecipada, a diferença é paga pela Instituição, e, caso seja inferior, a diferença é restituída pelo FGC.

Adicionalmente, é devida contribuição extraordinária mensal de 0,005% sobre os depósitos elegíveis, reconhecida como despesa do período, até a integral amortização do saldo antecipado. Paralelamente, e sem afetar o reconhecimento desse ativo, a Instituição pode deduzir dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista e a prazo valor equivalente à parcela mensal da antecipação, sendo o compulsório recomposto gradualmente conforme cronograma definido pelo Banco Central (em 60 parcelas mensais para as antecipações realizadas até maio de 2026 e em 12 parcelas mensais adicionais para os aportes previstos para março de 2027 e março de 2028).

Outros Valores e Bens

Registra os imóveis e veículos recebidos pela Instituição em dação de pagamento, na liquidação total ou parcial de operações de crédito de clientes inadimplentes. Os bens recebidos em dação em pagamento são reconhecidos inicialmente pelo menor valor entre o saldo contábil (valor bruto, incluindo encargos) do crédito extinto na operação e o valor justo do bem, deduzido dos gastos estimados com sua venda; eventual diferença negativa é reconhecida de imediato no resultado, e eventual diferença positiva somente por ocasião da efetiva alienação. Após o reconhecimento inicial, esses ativos não são depreciados nem amortizados, sendo submetidos, no mínimo anualmente, a teste de recuperabilidade (impairment) por meio de laudo de Avaliação dos ativos, com constituição de provisão para desvalorização caso o valor justo líquido dos gastos de venda seja inferior ao valor contábil.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

Operações de Crédito, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são reconhecidas inicialmente pelo valor contratado, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, sendo mensuradas posteriormente pelo custo amortizado, calculado com base no método da taxa efetiva de juros.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, com a regulamentação complementar editada pelo Banco Central do Brasil e com os pronunciamentos contábeis aplicáveis. Em razão do seu enquadramento no Segmento S4, a Companhia adota a metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, nos termos da Resolução BCB nº 352/2023, sendo-lhe facultada, mediante aprovação do Banco Central do Brasil, a adoção da metodologia completa.

Na metodologia simplificada, as operações são segregadas em carteiras homogêneas de risco (C1 a C5), definidas em função da modalidade da operação, da natureza da garantia e de demais características do contrato, às quais se aplicam percentuais de provisionamento diferenciados conforme o tempo decorrido de atraso (dias e meses) e a classificação da operação em: (i) ativos não problemáticos; (ii) ativos problemáticos adimplentes; e (iii) ativos problemáticos inadimplidos, estes últimos caracterizados, em regra, por atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou dos encargos. A reclassificação de uma operação entre essas categorias decorre, principalmente, da evolução do prazo de atraso e da identificação de indicadores de deterioração do risco de crédito, tais como renegociação por dificuldade financeira do devedor ou rebaixamento da classificação interna de risco.

Adicionalmente, nos termos do art. 78 da Resolução BCB nº 352/2023, a provisão constituída pela Companhia sob a metodologia simplificada é segregada em três componentes: (i) provisão para perdas esperadas, apurada com base nos percentuais regulatórios definidos no Anexo I da referida Resolução, diferenciados por carteira (C1 a C5) e por faixa de atraso; (ii) provisão adicional, apurada com base nos percentuais complementares definidos no Anexo II da Resolução BCB nº 352/2023, também diferenciados por carteira e por faixa de atraso (de 0 a 90 dias); e (iii) provisão para perdas incorridas, referente às operações com evidência objetiva de perda.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

Operações de Crédito, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa--Continuação

A mensuração da perda esperada considera:

- Informações históricas de perdas observadas;
- Situação atual dos créditos;
- Risco específico dos clientes, setor econômico e região geográfica; e
- Qualidade das garantias e histórico de recuperação.

As operações consideradas irrecuperáveis são baixadas contra a provisão existente, permanecendo em controle extrapatrimonial pelo prazo mínimo de cinco anos, para fins de cobrança administrativa ou judicial, conforme Nota 6.

Investimentos

A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável, conforme Nota 7.

Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens, às seguintes taxas anuais: 10% para equipamento de uso, 20% para sistemas de comunicação e sistema de segurança, e 20% para sistema de processamento de dados, conforme Nota 8.

Intangível

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos e aquisições de licenças ou direito de uso de software são reconhecidos como ativo intangível. A amortização é calculada também pelo método linear, à taxa de 20%, conforme Nota 9.

Depósitos

Os depósitos registrados no passivo do Banco Guanabara S.A. referem-se às captações realizadas junto ao público e a instituições financeiras, classificados nos seguintes subgrupos, conforme a natureza da operação e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, conforme detalhado na Nota 10.a.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

Depósitos--Continuação

Depósitos à vista: representam os recursos captados junto a clientes com exigibilidade imediata, disponíveis para saque a qualquer momento. Estão registrados no passivo circulante, no grupo "Depósitos - Depósitos à Vista", e, como regra geral, não são remunerados, salvo em situações específicas previstas contratualmente e permitidas pela regulamentação vigente.

Depósitos interfinanceiros: referem-se a captações de curto prazo realizadas junto a outras instituições financeiras, com o objetivo de atender às exigências de liquidez. Essas operações são pactuadas entre as partes com remuneração previamente acordada e liquidadas por meio de entidade autorizada, como a B3, que calcula a taxa média dessas transações, conhecida como taxa DI. Os recursos recebidos são registrados no passivo circulante, no subgrupo "Depósitos Interfinanceiros", conforme previsto no COSIF. A instituição que disponibiliza os recursos registra a operação na conta "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez". Os depósitos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método dos juros efetivos.

Depósitos a prazo: representam captações realizadas pelo Banco com prazos previamente estabelecidos para resgate, sem movimentação livre por parte do cliente. Essas operações são realizadas por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) podendo ser negociado antes do vencimento. Há obrigação de remuneração pela instituição, que pode ser prefixada ou pós-fixada, conforme condições pactuadas na contratação. Os valores captados são registrados no passivo circulante ou não circulante, de acordo com o prazo contratual, e mensurados ao custo amortizado com base no método dos juros efetivos, em conformidade com o COSIF. As despesas financeiras associadas são reconhecidas pelo regime de competência.

Recursos de Letras - LCI/LCA

As Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são instrumentos emitidos pelo Banco Guanabara S.A. com o objetivo de captar recursos no mercado, sendo lastreados em operações de crédito imobiliário e do agronegócio, respectivamente, conforme a legislação vigente. Esses instrumentos representam obrigações da instituição e estão classificados no passivo circulante ou não circulante, de acordo com seus vencimentos contratuais, no grupo "Recursos de Emissão de Títulos", conforme previsto no COSIF, em linha com a nomenclatura utilizada na Nota 10.b - "Depósitos e Recursos de Emissão de Títulos". São inicialmente reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado, com a aplicação do método dos juros efetivos, conforme Nota 10.b.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pelo regime de competência, calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões permitidas pela legislação vigente, sendo o imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil no exercício (R\$120 mil no semestre), e a contribuição social constituída à alíquota de 20%, conforme Nota 13.

Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes seguem os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e demais normas complementares aplicáveis, conforme Nota 11.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em nota explicativa quando a entrada de benefícios econômicos for provável. Quando o ingresso de benefícios econômicos torna-se praticamente certo, como nos casos em que há decisão judicial favorável transitada em julgado, da qual não cabem mais recursos, ou garantia real líquida e suficiente que assegure a realização do direito, o ativo deixa de ser classificado como contingente e passa a ser reconhecido contabilmente, observada a avaliação da Administração quanto à ausência de incerteza relevante remanescente.

Passivos contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se o parecer dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

Obrigações legais: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, nos termos da Resolução CMN nº 4.966/2021; os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários; a provisão para contingências; e a definição da vida útil e do valor residual dos ativos sujeitos à depreciação e amortização.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis (eventos que originam ajustes); e
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis (eventos que não originam ajustes).

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo desta rubrica está representado por:

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	2.070	33.319
<i>Aplicações no mercado ao valor justo</i>		
Letras Financeiras do Tesouro	413.197	437.443
Notas do Tesouro Nacional	99.780	99.814
Total das Aplicações Financeiras	512.977	537.257
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	515.047	570.576

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

5.1. Ativos financeiros ao custo amortizado

São classificados nesta categoria os títulos e valores mobiliários cujo modelo de negócios tem como objetivo a manutenção do ativo para recebimento dos fluxos contratuais de principal e juros, sendo mensurados pelo custo amortizado, calculado com base no método da taxa efetiva de juros, líquidos da perda esperada associada ao risco de crédito.

Os saldos dessa categoria estão demonstrados a seguir:

Categoria	30/06/2026	31/12/2025
Nota Comercial	411.695	398.760
Total	411.695	398.760
<i>Perda Esperada</i>	<i>(9.556)</i>	<i>(10.536)</i>
Custo Amortizado	402.139	388.224

5.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de negociação ativa e frequente, bem como aqueles designados ao valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial.

Os valores estão demonstrados a seguir:

Categoria	30/06/2026	31/12/2025
Letras Financeiras - LFT	109.960	111.145
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.607	1.638
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	58.304	58.719
Total	169.871	171.502
<i>Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)</i>	<i>(503)</i>	<i>(5.375)</i>
Valor Justo	169.368	166.127

Hierarquia de valor justo dos ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo em uma hierarquia de três níveis, conforme estabelecido pelo CPC 46 (correlato ao IFRS 13) e pela Resolução CMN nº 4.924/2021, que reflete a relevância dos dados (inputs) utilizados na mensuração:

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários--Continuação

5.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Hierarquia de valor justo dos ativos e passivos financeiros—Continuação

- Nível 1: valor justo apurado com base em preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos, aos quais a Companhia tem acesso na data de mensuração.
- Nível 2: valor justo apurado com base em dados observáveis, direta ou indiretamente, distintos dos preços cotados incluídos no Nível 1, tais como curvas de juros, taxas de referência e preços de instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos ou pouco ativos.
- Nível 3: valor justo apurado com base em dados não observáveis, relevantes para a mensuração como um todo, que exigem o uso de premissas e julgamento da Administração.

Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao valor justo (Nota 5.2) estão assim classificados:

30/06/2026

Categoria	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Letras Financeiras - LFT	109.960	-	-	109.960
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.607	-	-	1.607
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC		58.304		58.304
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
Títulos vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-
Total antes do ajuste a valor justo	111.567	58.304	-	169.871
<i>Ajuste a valor justo (não alocado por instrumento)</i>	<i>(503)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>(503)</i>
Total ao valor justo, líquido	111.064	58.304	-	169.368

31/12/2025

Categoria	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Letras Financeiras - LFT	111.145	-	-	111.145
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.638	-	-	1.638
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC		58.719		58.719
Total antes do ajuste a valor justo	112.783	58.719	-	171.502
<i>Ajuste a valor justo (não alocado por instrumento)</i>	<i>(5.375)</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>(5.375)</i>
Total ao valor justo, líquido	107.408	58.719	-	166.127

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários--Continuação

5.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Transferências entre níveis e reclassificações no período

A Companhia reconhece eventuais transferências entre os níveis da hierarquia de valor justo na data em que ocorre o evento ou a mudança nas circunstâncias que as motivou. Ao final de cada período de apresentação das demonstrações contábeis, a Administração reavalia a classificação atribuída a cada instrumento financeiro mensurado ao valor justo, com base na disponibilidade e na observabilidade dos dados (inputs) utilizados em sua mensuração.

Nos períodos findos em 30/06/2026 e 31/12/2025, não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre os Níveis 1, 2 e 3 da hierarquia de valor justo. Também não houve, nesses períodos, reclassificações de ativos financeiros entre as categorias de mensuração prevista na Resolução 4.966/2021, uma vez que não houve alteração no modelo de negócios da Companhia para a gestão de seus ativos financeiros.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo

Na data-base, a Companhia não possui passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os depósitos emitidos pelo Banco e os recursos de emissão de títulos são mensurados pelo custo amortizado (Nota 10).

6. Operações de crédito

Referem-se, principalmente, a empréstimos a empresas do setor privado, com prazo médio de vencimento de 358 dias.

a) Composição das operações de crédito por tipo e atividade

Por atividade	30/06/2026 (Reapresentado)	31/12/2025
Transporte	697.813	765.746
Serviços	239.445	122.663
Indústria	36.411	34.466
Construção	37.816	63.437
Comércio	42.859	86.797
Locação	62.693	84.220
Pessoas Físicas	4.270	7.554
Outros	57.299	49.510
Total	1.178.606	1.214.393
<i>Custo de Transação</i>	<i>(6.801)</i>	<i>(5.178)</i>
<i>Perda Esperada</i>	<i>(94.095)</i>	<i>(77.732)</i>
Total	1.077.710	1.131.483
Circulante	646.276	472.623
Não Circulante	431.434	658.860

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Operações de crédito--Continuação

a) Distribuição do nível de risco da carteira de operações de crédito e constituição da provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa

A carteira de operações de crédito é segregada em carteiras homogêneas de risco (C1 a C5), conforme a metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, nos termos da Resolução BCB nº 352/2023 (Nota 6.a). A posição da carteira e a respectiva provisão constituída, por carteira, estão assim distribuídas:

30/06/2026

Carteira	Posição da Carteira (R\$ mil)	% Distrib.	Provisão (R\$ mil)
C1	47.144	4%	3.764
C2	801.452	68%	63.984
C3	330.010	28%	26.347
Total	1.178.606	100%	94.095

31/12/2025

Carteira	Posição da Carteira (R\$ mil)	% Distrib.	Provisão (R\$ mil)
C1	42.909	4%	654
C2	872.658	71%	44.572
C3	298.824	25%	32.506
Total	1.214.391	100%	77.732

b) Garantias das operações de crédito

As operações de crédito da Companhia contam, total ou parcialmente, com garantias vinculadas aos contratos, cujos valores, por tipo, na data-base de 30/06/2026, estão assim distribuídos:

Tipo de Garantia	Valor (R\$ mil)
Alienação fiduciária de imóveis	71.002
Alienação fiduciária de bens móveis e depósitos à vista ou a prazo	935.497
Desconto de direitos creditórios (inclusive recebíveis comerciais adquiridos) e operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios, garantia real ou garantia fidejussória	607.213
Total das garantias	1.613.712

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Operações de crédito--Continuação

c) Operações renegociadas

No período findo em 30/06/2026, a Companhia renegociou operações de crédito no montante de R\$64.225 mil, referentes a contratos cujas condições contratuais originais (prazo, taxa e/ou forma de pagamento) foram alteradas em razão de dificuldades financeiras do devedor. Essas operações são avaliadas individualmente quanto à necessidade de reclassificação entre as carteiras de risco C1 a C5 e de reforço da provisão para perda esperada, nos termos descritos na Nota 6.b.

d) Movimentação da provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito no período findo em 30/06/2026 está assim demonstrada (valores em R\$ mil):

	Saldo 31/12/2025	Constituição	Reversão	Saldo 30/06/2026
Provisão para Perda Esperada em Créditos de Liquidação Duvidosa	74.407	29.464	(9.776)	94.095

e) Prazo de vencimento das operações de crédito e da provisão para perda esperada (Aging list)

Operações de crédito (Reapresentado)

Atividade	Vencido	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Transporte	20.792	381.489	278.342	17.190	697.813
Serviços	29.341	149.541	59.619	944	239.445
Indústria	126	24.556	11.729	-	36.411
Construção	-	18.605	18.386	825	37.816
Comércio	-	25.362	16.522	975	42.859
Locação	-	32.823	29.568	302	62.693
Pessoas Físicas	-	4.182	88	-	4.270
Outros	1.145	34.765	18.482	2.907	57.299
Total	51.404	671.323	432.736	23.143	1.178.606

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Operações de crédito--Continuação

Provisão para perda esperada (PDD) (Reapresentado)

Atividade	Vencido	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Transporte	4.529	26.852	15.390	615	47.386
Serviços	22.387	8.263	2.336	12	32.998
Indústria	63	5.293	1.297	-	6.653
Construção	-	277	269	14	560
Comércio	-	1.317	768	13	2.098
Locação	-	562	567	5	1.134
Pessoas Físicas	-	94	2	-	96
Outros	660	1.982	479	49	3.170
Total	27.639	44.640	21.108	708	94.095

Resumo consolidado (Reapresentado)

Indicador (R\$ mil)	Vencido	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Financiamento (saldo da carteira)	51.404	671.323	432.736	23.143	1.178.606
Provisão para perda esperada (PDD)	(27.639)	(44.640)	(21.108)	(708)	(94.095)
Custo de Transação	(297)	(3.874)	(2.497)	(133)	(6.801)
Saldo líquido	23.468	622.809	409.131	22.300	1.077.710

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As controladas consolidadas são:

- BGI Administração de Recursos de Terceiros Ltda., com 99% de participação;
- BG Pégaso Empreendimento Imobiliário Ltda., com 100% de participação.

	30/06/2026	31/12/2025
Participação em controladas no País	10.045	10.050
Títulos patrimoniais	10	10
Total	10.055	10.060

BGI Administração de Recursos de Terceiros Ltda.

	30/06/2026	31/12/2025
Capital social	450	450
Quantidade de cotas	446	446
Percentual de participação	99%	99%
Patrimônio líquido	20	21
Prejuízo o período	-	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(1)
Saldo do investimento	20	20

BG Pégaso Empreendimento Imobiliário Ltda.

	30/06/2026	31/12/2025
Capital social	10.000	10.000
Quantidade de cotas	10.000	10.000
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido	10.030	10.498
Prejuízo do período/exercício	(5)	30
Resultado de equivalência patrimonial	(5)	30
Saldo do investimento	10.025	10.030

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

A movimentação contábil está evidenciada da seguinte forma (valores em R\$ mil):

	Taxa de depreciação (a.a.)	31/12/2025	Adições	30/06/2026
Ativo imobilizado:				
Instalações	-	132	-	132
Mobiliário	-	1.542	5	1.547
Equipamentos de processamento de dados	-	4.420	215	4.635
Equipamento de uso	-	38	-	38
Outros equipamentos	-	437	-	437
Benfeitorias em imóveis	-	5.031	-	5.031
Total do ativo imobilizado		11.600	220	11.820
Depreciação acumulada:				
Depreciação de instalações	10%	(132)	-	(132)
Depreciação de mobiliário	10%	(879)	(47)	(926)
Depreciação de equip. de processamento de dados	10%	(113)	(20)	(133)
Depreciação de equipamentos de uso	10%	(14)	(4)	(18)
Depreciação de outros equipamentos	10%	(3.438)	(162)	(3.600)
Depreciação de benfeitorias em imóveis	20%	(2.794)	(357)	(3.151)
Total da depreciação acumulada		(7.370)	(590)	(7.960)
Imobilizado líquido		4.230	(370)	3.860

O Banco possui ativo de direito de uso decorrente de arrendamento no montante de R\$ 3.081, líquido de depreciação. A despesa de depreciação reconhecida no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 243.

9. Intangível

A movimentação contábil, no período de 31/12/2025 a 30/06/2026, está evidenciada da seguinte forma (valores em R\$ mil):

	Taxa de amortização (a.a.)	31/12/2025	Adições	30/06/2026
Ativo intangível:				
Direito de uso	-	361	60	421
Software	-	2.245	21	2.266
Total do ativo intangível		2.606	81	2.687
Amortização acumulada:				
Amortização de software	20%	(1.564)	(304)	(1.868)
Ativo intangível líquido		1.042	(223)	819

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Depósitos e recursos de emissão de títulos

a) Depósitos

A carteira estava assim constituída, por faixa de vencimento:

30/06/2026

Depósitos	Sem Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	Total Carteira
À vista	63.991	-	-	-	-	63.991
Interfinanceiro	-	3.241	1.621	-	-	4.862
A prazo	-	257.467	398.754	1.021.709	86.731	1.764.661
Total	63.991	260.708	400.375	1.021.709	86.731	1.833.514

Circulante: R\$725.074 mil

Não Circulante: R\$1.108.440 mil.

31/12/2025

Depósitos	Sem Vencimento	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	03 a 05 anos	Total Carteira
À vista	98.175	-	-	-	-	98.175
Interfinanceiro	-	2.791	5.481	-	-	8.272
A prazo	-	232.634	480.598	1.068.017	48.727	1.829.976
Total	98.175	235.425	486.079	1.068.017	48.727	1.936.423

Circulante: R\$819.679 mil

Não Circulante: R\$1.116.744 mil.

b) Recursos de Emissão de Títulos

As Letras de Crédito Imobiliário foram emitidas no decorrer do 1º semestre de 2025, sendo os títulos remunerados à taxa de 96% do CDI; as Letras de Crédito do Agronegócio foram emitidas no decorrer do 2º semestre de 2023, sendo os títulos remunerados à taxa média de 97% do CDI.

30/06/2026

Títulos	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total Carteira
Letra de Crédito Imobiliário	205	18.762	6.690	25.657
Letra de Crédito do Agronegócio	777	5.764	-	6.541
Total	982	24.526	6.690	32.198

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Depósitos e recursos de emissão de títulos--Continuação

31/12/2025

Títulos	Até 3 meses	03 a 12 meses	01 a 03 anos	Total Carteira
Letra de Crédito Imobiliário	7.445	10.595	8.156	26.196
Letra de Crédito do Agronegócio	1.576	3.309	318	5.203
Total	9.021	13.904	8.474	31.399

11. Passivo contingente

O Banco Guanabara S.A. mantém acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que figura como parte, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda provável, possível ou remota.

Contingências com probabilidade de perda provável

Em 30 de junho de 2026, o Banco reconheceu provisão no montante de R\$197 mil, referente a ações de natureza trabalhista cuja perda foi considerada provável.

Contingências com probabilidade de perda possível

As ações classificadas como de perda possível, que não foram objeto de provisão contábil, totalizavam R\$966 mil na data-base de 30 de junho de 2026, referentes a ações trabalhistas.

12. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia é de R\$257.122 mil, representado por 120.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, com valor nominal de R\$2,14269 cada.

Reserva de lucros

Em consonância com o disposto na Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, e em atendimento ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, o Banco mantém em Reservas Especiais de Lucros o montante de R\$60.471 mil, referente a lucros não destinados em exercícios anteriores.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre o resultado contábil e a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, para os semestres findos em 30/06/2026 e 30/06/2025, está assim demonstrada (valores em R\$ mil):

	IRPJ 30/06/2026	CSLL 30/06/2026	IRPJ 30/06/2025	CSLL 30/06/2025
Resultado líquido do período antes do IRPJ e da CSLL, após a participação nos lucros	34.623	34.623	22.726	22.726
Adições	29.605	29.605	21.437	21.437
Despesas de PDD	29.464	29.464	20.949	20.949
Ajuste negativo a valor de mercado	130	130	-	-
Ajuste de equivalência patrimonial	5	5	488	488
Outras	6	6	-	-
Exclusões	72.605	72.605	44.163	44.163
Reversão de PDD	9.776	9.776	418	418
Ajuste positivo a valor de mercado	324	324	99	99
Perda esperada (Resolução BCB nº 352/2023)	62.505	62.505	43.646	43.646
Prejuízo Fiscal	(8.377)	(8.377)	-	-

Na data-base destas demonstrações contábeis, o Banco não possui ativos ou passivos fiscais diferidos reconhecidos.

14. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2026	31/12/2025
Serviço de registrador	2.283	1.318
Tarifas bancárias	1.301	1.863
Rendas de garantias prestadas	351	188
Remuneração de serviços prestados a terceiros	390	96
Outras	575	351
	4.900	3.816

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Despesas administrativas

	30/06/2026	31/12/2025
Serviços técnicos especializados	(5.707)	(5.307)
Processamento de dados	(3.545)	(2.533)
Serviços de terceiros	(1.132)	(1.137)
Emolumentos judiciais e cartorários	(1.087)	(442)
Depreciação e amortização	(1.137)	(715)
Outras	(2.813)	(1.170)
	<u>(15.421)</u>	<u>(11.304)</u>

16. Despesas de pessoal

	30/06/2026	31/12/2025
Salários	(3.152)	(2.520)
Previdência social	(1.263)	(1.026)
Gratificações	(937)	(708)
FGTS	(615)	(454)
Despesas médicas	(549)	(441)
Alimentação	(775)	(622)
13º salário	(388)	(287)
Outros	(851)	(1.385)
	<u>(8.530)</u>	<u>(7.443)</u>

17. Despesas tributárias

	30/06/2026	31/12/2025
COFINS	(3.536)	(2.913)
PIS/PASEP	(469)	(475)
Outros	(555)	(455)
	<u>(4.560)</u>	<u>(3.843)</u>

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Partes relacionadas

Os saldos ativos e passivos mantidos com partes relacionadas em 30 de junho de 2026, com valores comparativos em 31 de dezembro de 2025, estão assim compostos:

Categoria	30/06/2026	31/12/2025
Ativo		
Operações de crédito (a)	20.375	29.813
Total do ativo	20.375	29.813
Passivo (b)		
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	25.656	25.844
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	6.541	5.202
Certificados de Depósitos Bancário (CDB)	565.158	567.130
Total do passivo	597.355	598.176

(a) O saldo ativo refere-se integralmente a operações de crédito contratadas com partes relacionadas.

(b) Os saldos passivos correspondem a captações realizadas por meio de Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificados de Depósito Bancário (CDB).

Todas as operações de ativos e passivos são efetuadas em condições usuais de mercado, a taxas, prazos e garantias compatíveis com as praticadas.

19. Requerimentos mínimos de capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/21, o índice de Basileia apurado em 30 de junho de 2026 para o Banco Guanabara S.A. foi de 19,60% (17,42% em 31 de dezembro de 2025).

O Patrimônio de Referência é apurado a partir da soma do Patrimônio de Referência Nível I (N1) com o Patrimônio de Referência Nível II (N2). O N1, por sua vez, é apurado a partir da soma do Capital Principal (CP) com o Capital Complementar (CC). O CP é apurado a partir do Capital Social da Instituição Financeira, após adições e deduções de contas patrimoniais e de resultado, e deduções de ajustes prudenciais associados a características dos ativos da instituição. Essas informações são obtidas a partir dos registros contábeis relativos ao Banco Guanabara S.A.: $PR = N1 + N2$; $N1 = CP + CC$.

As instituições financeiras devem manter permanentemente montantes mínimos de Patrimônio de Referência; para apurar esse requerimento é necessário o cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), que corresponde à soma das parcelas relativas a risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Atualmente, o requerimento mínimo de PR corresponde a 8,00% (desde 2019) do montante de RWA.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Gerenciamento de risco

O Banco implementou estrutura de gerenciamento de risco, em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, com desdobramento em três unidades: Informações Gerenciais, Controles Internos e Gestão de Riscos. Considerando sua prioridade na estratégia e gestão, a instituição possui uma Política de Gestão Integrada de Riscos, com o objetivo de sistematizar a avaliação e o controle dos riscos inerentes às atividades-fim. Integram esta política os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, a saber:

Risco de Mercado: o Banco adota a metodologia "Value at Risk", calculada diariamente, considerando os principais ativos. Os cenários utilizados permitem a correlação entre os ativos e suas classes, o que possibilita a estratégia de "hedge".

Risco de Crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, ocasionando a redução de ganhos ou remunerações e o aumento de custos decorrente de vantagens concedidas na renegociação ou recuperação do crédito. O Banco Guanabara S.A. tem por objetivo manter o controle do risco de crédito em níveis determinados pela diretoria, por meio do apetite a riscos estabelecido de acordo com as características do nicho no qual está inserido.

Risco de Liquidez: é gerenciado por meio da análise de projeção do fluxo de caixa, contemplando os cenários econômicos e financeiros em situação "normal e de estresse". Além disso, os procedimentos adotados permitem identificar a ocorrência de desequilíbrio entre pagamentos e recebimentos que possam afetar significativamente a liquidez do Banco, levando em consideração os ativos negociáveis, a projeção de taxas de juros e os prazos.

Risco Operacional: o gerenciamento do Risco Operacional está sob a responsabilidade do departamento de Controladoria e Gestão de Riscos. Visando atender ao disposto na Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, são constantemente implementadas políticas e procedimentos adequados à estrutura do Banco.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Guanabara S.A. está disponível em seu site.

Banco Guanabara S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Gestão de capital

O gerenciamento de capital é efetuado por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, em consonância com os riscos a que está exposta, além da elaboração de metas que consideram os objetivos estratégicos do Banco.

O Banco Guanabara S.A. efetua esse gerenciamento de forma prospectiva, ou seja, avaliando e preparando-se para possíveis perdas inesperadas de capital em decorrência de condições atípicas e/ou adversas de mercado.

22. Ouvidoria

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.860/2020, alterada pela Resolução CMN nº 5.182/2024, bem como demais disposições complementares que visam assegurar a observância das normas regulamentares de proteção e defesa dos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre as instituições e seus clientes, o Banco Guanabara mantém estruturada sua Ouvidoria, disponível como instância de última análise para demandas não solucionadas nos canais primários de atendimento.

A Ouvidoria do Banco Guanabara pode ser acessada pelo número 0800-282-2561 ou pelo e-mail ouvidoria@bancoquanabara.com.br.

23. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade firmou seguro com a Seguradora Tokio Marine contra incêndio, queda de raio e explosão, com vencimento em 10 de janeiro de 2027

DIRETORIA EXECUTIVA

Pedro Aurélio Barata de Miranda Lins, Diretor Presidente
Antonio Padua Arantes, Diretor

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ivan Sousa de Moraes
Contador - CRC-RJ nº 062.649/O-7